

O ESPORTE ADAPTADO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL: DES/CAMINHOS TRAÇADOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ADAPTED SPORTS IN THE CITY OF MACEIÓ: PATHWAYS AND OBSTACLES IN PUBLIC POLICIES

Flávio Anderson Pedrosa de Melo
Universidade Federal de São Carlos

Neiza de Lourdes Frederico Fumes
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO: O objetivo do estudo foi analisar a situação do esporte adaptado na cidade de Maceió/AL, a partir de uma pesquisa qualitativa, em que participaram 9 professores de Educação Física/ treinadores de 4 associações/instituições promotoras do esporte adaptado da cidade de Maceió/AL e 2 Representantes Governamentais (Estadual e Municipal), responsáveis pelo esporte adaptado no Estado de Alagoas e no município de Maceió. Para coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada e para a análise das transcrições foi empregada a análise de conteúdo. Os resultados mostraram que o esporte adaptado na cidade de Maceió/AL passa ainda por muitas dificuldades, uma vez que não existe nenhuma política pública voltada para o desenvolvimento do esporte para a pessoa com deficiência, ficando este restrito às ações individualizadas de pessoas e/ou associações/instituições especializadas no atendimento da pessoa com deficiência. Portanto, torna-se imprescindível a proposição e a implementação de uma política de incentivo ao esporte adaptado no município de Maceió/AL e no estado de Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte Adaptado. Políticas Públicas. Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT: The aim for this study was to examine the situation of adapted sports in the city of Maceió/AL. For this, it was used the qualitative research and 9 Physical Education Teachers/Coaches and 2 Government Representatives (state and local) responsible for disability sports in the state of Alagoas and the city of Maceió, from 4 associations/institutions promoting disability sports in the city of Maceió/AL. The data gathering was done by semi-structured interview and the data analysis used the analysis of thematic content. The results showed that the adapted sports in the city of Maceió/AL suffered a lot of difficulties, because there was not a public policy to develop sports for people with disabilities (PWD) and it was restricted to individualized actions of people committed to the cause and associations/institutions specializing in the care of PWD. The study allowed us to conclude that in view of the struggle of these isolated individuals and organizations/institutions is still needed to propose a policy to encourage and develop the adapted sports in the state of Alagoas and the city of Maceió/AL.

KEYWORDS: Adapted Sports. Public Policy. People with Disabilities.

INTRODUÇÃO

Como outras, a pessoa com deficiência (PCD) pode utilizar-se da prática desportiva para obter benefícios no que concerne ao seu bem estar físico, mental, social, entre outros. Os principais efeitos positivos proporcionados pelo esporte, quando atrelado às pessoas com deficiências, fazem alusão à melhora na realização das atividades diárias, autoconceito, não somente em relação à melhora de sua condição física (aumento da resistência e força) e/ou psicológica (por exemplo, diminuição da ansiedade e depressão, aumento da autoestima e autoeficácia), mas também no concernente a maiores oportunidades de relações interpessoais (Sernaglia, Duarte & Déa, 2010; Gorgatti, 2008; Martin, 2006; Martin & Smith, 2002).

Essa prática esportiva pode acontecer por meio das adaptações de esportes convencionais e/ou com a criação de esportes específicos para a PCD. Para Munster e Almeida (2010), o esporte adaptado (EA) envolve finalidades pedagógicas, recreativas, terapêuticas e

competitivas, abrangendo um conjunto de modalidades modificadas ou criadas especificamente com o intuito de atender as necessidades das pessoas com deficiências, por meio de adequações e ajustes nas regras, nos espaços físicos, nos materiais e equipamentos, ou ainda nas metodologias de ensino.

As adaptações e os ajustes são feitos a partir das necessidades específicas de cada deficiência para a prática da modalidade esportiva considerando suas potencialidades e limitações. De acordo com Freitas e Santos (2012), são considerados os níveis de funcionalidade dos sujeitos, agrupando-os e classificando-os por meio da classificação funcional, médica ou psicológica. Deste modo, são utilizados critérios que garantam a equiparação e, que as vitórias sejam decorrentes da destreza dos fundamentos e não por uma classificação equivocada. O intuito é levar as pessoas com deficiência à prática esportiva, independente se a finalidade é promover o esporte de caráter recreativo, pedagógico, terapêutico ou de rendimento.

O esporte adaptado surge inicialmente com fatos isolados (Parsons & Winkler, 2012). Em 1918, na Alemanha, havia um grupo e lesionados reunidos para a prática desportiva. Em 1932, há ainda registros do surgimento da Associação do Golfista de um Só Braço na Inglaterra. No entanto, esse fenômeno vem a ganhar forças após a Segunda Guerra Mundial (Cidade & Freitas, 2002). O esporte adaptado foi criado na cidade de Aylesbury, Inglaterra, pelo neurologista Ludwig Guttmann, que a pedido do governo britânico criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares, do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do Exército inglês, lesionados medulares e amputados na II Guerra Mundial (Costa & Sousa, 2004; Parsons & Winkler, 2012).

O intuito do neurocirurgião era o de promover um trabalho de reabilitação médica e social para estes veteranos de guerra que já não praticavam nenhuma atividade física. Entretanto, Guttmann ainda foi o responsável por dar início ao primeiro programa de esporte em cadeira de rodas neste mesmo hospital, em 1945 (Cidade & Freitas, 2002; Parsons & Winkler, 2012). No Brasil, o EA começou a ser difundido, em 1958, com Robson Almeida Sampaio (fundou o Clube do Otimismo no Rio de Janeiro) e Sérgio Serafin Del Grande (fundou o Clube dos Paraplégicos em São Paulo), ambos com deficiência física e faziam uso da cadeira de rodas para sua locomoção. Após viagem para tratamentos de reabilitação nos Estados Unidos da América (EUA), os mesmos puderam observar como se dava a prática desportiva pelas pessoas com deficiência e, sabendo da existência de comunidades cadeirantes no Brasil, trouxeram o basquetebol em cadeira de rodas para suas cidades, isoladamente, cada um em sua capital (CPB, 2010).

O desenvolvimento do EA no Brasil aconteceu lentamente, com a participação em jogos pan-americanos e participações em jogos internacionais, contudo de maneira isolada, sem grandes delegações. Isso começou a mudar após a participação do Brasil nos Jogos Pan Americanos no México, em 1975, quando se deu início a uma nova fase do EA nacional. De acordo com Cidade e Freitas (2002), após o retorno das delegações representantes do Brasil, foi criada a Associação Nacional de Desporto para Excepcionais (ANDE), com o objetivo organizar o esporte paralímpico brasileiro, esta finalidade antes atribuída à ANDE nos dias atuais é atribuído ao Comitê Paralímpico Brasileiro.

Paralelamente a isto, o esporte paralímpico passou a ganhar forças pelo mundo, no entanto ficou marcado como um momento imprescindível para o crescimento organizado do movimento paralímpico e criação do órgão responsável pelo esporte paralímpico no mundo. Araújo (1998) relata que em 22 de setembro de 1989 foi oficialmente criada a entidade designada como o representante dos princípios das organizações esportivas internacionais para atletas com deficiência - *International Paralympic Committee (IPC)*. Com o surgimento do IPC, houve a tendência da estruturação de comitês paraolímpicos nacionais. Especificamente no Brasil, Araújo (1998, p. 82) relata que:

em 30 de agosto de 1994 foi fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), na cidade do Rio de Janeiro. Essa entidade surgiu com a finalidade de administrar o esporte adaptado seguindo as demandas do IPC e, a partir de então passaria a ser o elo entre associações, governo e iniciativa privada que se dispõem a incentivar.

Com a criação do CPB, o esporte adaptado no Brasil iniciou um processo de organização, uma vez que seu surgimento possibilitaria o mapeamento dos atletas e modalidades praticadas em todo o país, por meio das relações com as entidades municipais e estaduais.

De certo modo, isto permitiu a organização e o progresso das modalidades esportivas resultando na obtenção de conquistas expressivas em nível nacional e internacional, nos anos seguintes.

Anos antes da criação do CPB, durante as Paralimpíadas¹ de Barcelona, em 1992, o Brasil conquistou 7 medalhas: 3 de ouro e 4 de bronze. Um ano após a criação do Comitê Paralímpico Nacional, em Atlanta (1996), o Brasil teria seu primeiro teste e, naquela oportunidade voltou da competição com 21 medalhas (duas de ouro, seis de prata e treze de bronze) (Cidade & Freitas, 2002). Acredita-se que com a criação do CPB houve fortalecimento das relações com as entidades das diferentes regiões do Brasil e, facilitou a realização do mapeamento e recrutamento dos atletas que ocasionou nos resultados positivos.

Nos anos subsequentes, o Brasil continuou em ascensão, sendo que em Sydney (2000) foram 22 medalhas conquistadas e o 24º lugar; em Atenas (2004) foram 33 medalhas e o 14º lugar; nas Paraolimpíadas de Pequim (2008), o Brasil ficou em 9º lugar geral, com um total de 47 medalhas; nas Paralimpíadas de Londres (2012), a delegação brasileira alcançou um número menor de medalhas, 41, no entanto melhorou sua classificação conquistando o 7º lugar geral (IPC, 2013). A partir destes números, torna-se notável o crescimento contínuo dos resultados do esporte paralímpico brasileiro, todavia, para que seja dada continuidade nesse processo é imprescindível maiores incentivos em todas as níveis, desde a iniciação até os níveis esporte de alto-rendimento, como também em todo o território nacional.

A melhora dos resultados paralímpicos e o desejo de se tornar uma das potências mundiais fizeram com que houvesse a necessidade de maiores investimentos, com a criação de programas de incentivo e a ampliação dos apoios governamentais para o para-desporto nacional. No entanto, uma das lacunas existentes em relação a este último é que, para se obter bolsas de incentivo ao esporte é necessário alcançar resultados expressivos, como mostra a lei 10.891, de 9 de julho de 2004:

Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas a Categoria Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior, e a Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (§ 2º lei 10.891, de 9 de julho de 2004).

Denota-se disso que somente atletas com destaque em nível de jogos nacionais poderão se candidatar ao recebimento da bolsa. É compreensível a necessidade da conquista dessas bolsas. Todavia, é imprescindível que seja dada a estrutura básica aos atletas que se encontram processo de formação de base, uma vez que para se obter bons resultados é necessária a mínima estrutura e apoio (locais para treinamento, materiais necessários para a prática, acessibilidade e transporte, eventos, divulgação etc.). Estes aspectos que devem vir por meio da atuação das secretarias responsáveis pelo EA por área (Estado e Município), partindo inicialmente dos ideais do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e logo adaptando estas finalidades à sua realidade.

¹ Recordamos que as Paralimpíadas ocorrem a cada quatro anos e desde 1988 (Seul) acontecem nos mesmos locais de realização dos Jogos Olímpicos. A estrutura do parque olímpico deve estar adequada às várias modalidades paralímpicas que, ao longo dos eventos, surgiram (Mauerberg-deCastro, 2005).

No estado de Alagoas, o esporte adaptado, representado pelas mobilizações em favor do desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para a pessoa com deficiência, aparentemente vem enfrentando grandes dificuldades de crescimento, uma vez que as ações políticas voltadas a esta população são insuficientemente e/ou pouco efetivas. Tendo em vista a grande relevância de fomentar a prática de atividades físicas e esportivas pela pessoa com deficiência para o desenvolvimento de seus aspectos físico, psicológico, social, bem como seu cunho pedagógico perante a sociedade, faz-se necessário compreender os caminhos percorridos pelo governo para o fomento do esporte adaptado nas esferas municipal e estadual, nomeadamente no município de Maceió/AL. Logo, o objetivo deste estudo foi analisar a situação do esporte adaptado na cidade de Maceió/AL, a partir do ponto de vista de professores e/ou treinadores, como ainda de gestores públicos.

MÉTODO

Diante da especificidade do estudo, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, que se caracteriza pelo processo como um todo, desde o método de coleta de dados até a análise de todo o processo (Flick, 2004). Vale ressaltar que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob o parecer de nº 011202/2010 – 16.

Participaram da pesquisa 09 professores de Educação Física/Treinadores, de 04 associações/instituições promotoras do esporte adaptado da cidade de Maceió/AL e 02 Representantes Governamentais (Estadual e Municipal), responsáveis pelo esporte adaptado no estado de Alagoas e no município de Maceió. Cabe informar que as instituições participantes eram as principais na proposição de algum tipo de prática esportiva para pessoas com deficiência na cidade de Maceió e tinham participado em competições nacionais, regionais e locais. Por conta destas características, foram escolhidas intencionalmente, para que os seus professores fossem convidados a participar da pesquisa, sendo que todos eles aceitaram.

Nas quatro associações/instituições promotoras do esporte adaptado na cidade de Maceió/AL havia 10 esportes sendo praticados por pessoas com deficiência (atletismo, basquetebol, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, capoeira, futsal, goalball, judô, natação e voleibol sentado). Os objetivos desta prática eram diversos e transitavam entre o esporte educacional, reabilitacional, de rendimento e estes de maneira conjunta. Cabe dizer que participavam dessas práticas crianças, jovens e adultos com deficiência física, cegueira e visão reduzida, deficiência intelectual e múltipla.

Essas informações encontram-se presentes no Quadro 1. No mesmo encontra-se a caracterização das associações/instituições que promovem o EA na cidade de Maceió/AL e ainda dos professores/treinadores participantes da pesquisa. As associações / instituições serão nomeadas por letras (A, B, C e D) e com o intuito de preservar a identidade dos participantes foram utilizados nomes fictícios para os professores de Educação Física/treinadores das respectivas instituições².

² Além de promover modalidades esportivas adaptadas, as instituições contavam com a atuação de equipes multidisciplinares (Fisioterapeuta, Assistente social, Psicólogo, Médico, Professor de Educação Física, Pedagogo, Enfermeiro, Nutricionista, entre outros profissionais) para atendimento da pessoa com deficiência. Além de cursos profissionalizantes, preparação e imersão no mercado de trabalho.

Instituição/ Associação	Modalidade Esportiva Promovida	Propósitos	Clientela Atendida	Professor/ Treinador
A	Atletismo, Basquetebol em cadeira de rodas, Natação	Rendimento Reabilitação	Deficiência Física	Tairone, Antônia, Patrício
B	Atletismo, Basquetebol, Bocha, Futsal, Natação	Educacional Reabilitação Rendimento	Deficiência Física Deficiência Intelectual Deficiências Múltiplas	Micael, Karine, Andréia
C	Goalball, Judô	Educacional Reabilitação Rendimento	Cegueira Baixa Visão	Paulo, George
D	Voleibol sentado	Rendimento Reabilitação	Deficiência Física	Araújo

Quadro 1. Caracterização das Associações/Instituições e Professores/Treinadores participantes

Para coleta de dados optou-se por utilizar uma entrevista semiestruturada e para análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo, especificamente a temática e, a partir desta foram definidas categorias. Sobre análise de conteúdo temática, Guerra afirma:

São identificados os *corpus* centrais da entrevista a analisar em profundidade e, com recurso à identificação e à contagem de categorias e subcategorias, faz-se uma análise de conteúdo temática. Volta-se ao material original registrado na gravação e já transcrito, e recompõem-se os fragmentos do discurso dispersos ao longo do texto (2006, p.83).

A análise foi dividida em dois momentos: 1) O ponto de vista dos professores de Educação Física/Treinadores das Instituições/Associações promotoras de Esporte Adaptado na cidade de Maceió/AL; e 2) O ponto de vista dos gestores do Estado de Alagoas e Município de Maceió/AL.

Para a análise da entrevista dos professores foram definidas *a priori* duas categorias, são elas: a) Implicações para a promoção do esporte adaptado e b) Políticas Públicas Estaduais e Municipais para desenvolvimento do esporte adaptado.

Para os gestores, foi definida *a priori* a categoria: c) A atuação no Município de Maceió/AL e no Estado de Alagoas na perspectiva dos gestores. Em que foram abordadas temáticas, como as ações municipais desenvolvidas, avaliação do esporte adaptado, perspectivas para o futuro e sugestões para a melhoria.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Inicialmente será analisada a situação do esporte adaptado no município de Maceió/Alagoas, a partir do ponto de vista dos professores de Educação Física/Treinadores das Instituições/Associações promotoras.

A) IMPLICAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO ESPORTE ADAPTADO

Neste tópico serão abordadas as problemáticas relacionadas às dificuldades e facilidades encontradas pelos professores/treinadores para promoverem o EA juntamente às suas instituições.

Com relação às dificuldades, a maior parte estava relacionada com a falta de transporte (público e institucional), bem como a falta de acessibilidade destes transportes para o deslocamento da pessoa com deficiência, de apoio de patrocinadores e de uma política governamental para o desenvolvimento do EA na cidade. Vê-se no relato da entrevistada a seguir:

Falta de incentivo maior por parte do governo, porque a gente bem que poderia ter [espaço para a prática desportiva] na própria escola pra não ter esse problema do deslocamento que às vezes a gente perde de ir até o espaço por conta de um carro. Apesar da boa vontade das outras instituições de disponibilizar os espaços, às vezes, a gente não tem carro pra levar os meninos, então já sai perdendo e passa muito tempo sem ir (Professora *Karine*, Instituição B).

Na fala da professora *Karine* são mencionadas as dificuldades com transporte, no entanto, são recorrentes entre os entrevistados a indicação das dificuldades relacionadas com a falta de acessibilidade em suas diferentes manifestações – transporte, urbanística e arquitetônica. Vale destacar que o professor *Tairone* indicou que em pesquisa realizada por ele (não publicada), esta era um dos principais fatores para a desistência da pessoa com deficiência da prática desportiva. Nos relatos dos entrevistados fica clara a implicação dessa dificuldade:

Acessibilidade com relação à prática. É, elas a gente sempre tem, barreiras arquitetônicas, a partir o momento que a gente sai daqui da escola elas começam a existir, desde o carro que leva, que muitas vezes não é o adaptado, até os locais que não tem um banheiro perto, não tem uma rampa, não tem um espaço mais largo pra a cadeira passar. Então, essa questão assim, ainda está em passos muito, muito lentos. Essa questão da acessibilidade aqui no estado. (Professora *Antônia*, Instituição A)

Alguns ginásios nossos, os nossos ginásios são antigos, então as estruturas deles, eles foram criados para uma época, uma época que não era muito valorizado, não era identificada essa questão da acessibilidade, não tinha essa preocupação na acessibilidade, para adentrar no ginásio. (Professor *Araújo*, Instituição D)

Uma vez eu fiz uma pesquisa acho que há uns 4 anos atrás, 3 anos atrás, eu nem me lembro direito, mas que vinha falando que um dos motivos da pessoa desistir do esporte era o acesso ao local de treinamento, então tudo isso envolve acessibilidade de ônibus, de calçadas, de estradas, de tudo [...] (Professor *Tairone*, Instituição A)

O professor *Tairone* relatou ainda uma situação em que a falta de acessibilidade levou a desistência da prática esportiva:

Eles chegam para mim e dizem: - Professor eu não vou nadar mais porque agora eu não quero mais. Não tem como chegar aí, ninguém vem me pegar em casa [...] Então, essa acessibilidade com certeza é um dos pontos fulminantes para que o desporto não cresça mais. (Instituição A)

De acordo com Hora e Cruz (2008) as barreiras na acessibilidade se apresentam como qualquer forma de entrave e obstáculo que limite ou impeça a uma pessoa a ter acesso livre e irrestrito, bem como de progredir no meio educacional. A isto, como podemos verificar pela experiência do professor *Tairone*, elas acabam também por impedir o desenvolvimento esportivo dos sujeitos.

Podemos verificar que as dificuldades relacionadas à (falta de) acessibilidade são diversas e comprometem o direito do cidadão de ir e vir, e, no caso em particular, podendo levar ao término prematuro com a carreira de vários atletas ou então à uma vida sedentária por parte de muitas pessoas com deficiências.

Além das dificuldades com o transporte e a acessibilidade (transporte, urbanística e arquitetônica), os entrevistados mencionaram a falta do apoio governamental, sobretudo, em relação à bolsa-atleta. No excerto a seguir é apresentado mais detalhadamente como os professores percebiam este processo:

Eu sei que existe a bolsa-atleta, que é incentivo do governo estadual. No governo municipal, não existe, inclusive eu já escutei conversa de alguns vereadores pleitearem o bolsa-atleta municipal como já existe em outros municípios do Brasil. (Professora *Antônia*, Instituição A)

O Estado [de Alagoas] hoje em dia está liberando 4 bolsas para o paradesporto. Juntando todas as modalidades desenvolvidas no Paradesporto tem 4 vagas [...] isso é para todas as outras entidades que fomentam a prática do esporte. (Professor *Tairone*, Instituição A)

Pode-se constatar na fala dos professores, o programa de incentivo, sob a forma de bolsa-atleta estadual³, contempla uma quantidade ínfima de paratletas, considerando o universo de praticantes. Esta situação traz à tona uma das grandes dificuldades do desenvolvimento do esporte para a PCD em Alagoas, uma vez que para ser contemplado com uma bolsa é necessário resultados e mesmo tendo alcançado resultados expressivos não há garantias que o atleta conseguirá uma dessas bolsas, considerando o seu número insignificativo. De uma maneira geral, pode-se afirmar que incentivos financeiros não existem para a contemplação do paradesporto de alto nível.

Segundo a Lei 10.891 de 9 de julho de 2004, a Bolsa-Atleta⁴ Federal é instituída pelo Art. 1º e é destinada aos atletas praticantes do esporte de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paralímpico Internacional. Os parágrafos a seguir tratam das categorias de bolsas existentes nesse programa do governo federal: “§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta” (Redação dada pela Medida Provisória nº 502, de 2010). Ficam criadas as categorias: Atleta de Base, Estudantil, Atleta Nacional, Atleta Internacional, Atleta Olímpico ou Paraolímpico, Atleta Pódio (Brasil, 2010).

Poucos são os atletas paraolímpicos que poderiam ser contemplados pela Bolsa-Atleta Federal na cidade de Maceió. Em se tratando dos atletas alagoanos, com desempenho em nível internacional, alguns se destacam, como Yohansson Ferreira; Jonathan Santos; Roseane Ferreira dos Santos, a Rosinha; José Cícero; Sônia Gouveia. Entretanto, a grande parte desses paratletas alagoanos não mais representa o estado de Alagoas, pelo fato de não obterem incentivos advindos do governo (Estado e Município), passaram a representar um instituto do Rio de Janeiro, que lhes proporciona a estrutura de materiais, financeira, equipes multidisciplinares, etc.

Ainda em relação à bolsa-atleta do governo federal, o grande ponto de inquietação é que para ser contemplado com esse apoio

³ Vale ressaltar que Alagoas possui 3.093.994 habitantes e que 1.196.030 pessoas apresentam pelo menos uma deficiência (IBGE, 2010). Neste universo, são disponibilizadas pelo governo do estado 4 bolsas-atleta para pessoas com deficiência.

⁴ § 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual. (Redação dada pela Medida Provisória nº 502, de 2010).

do Governo Federal é necessária a obtenção de resultados positivos. Isto é definido pela Lei nº 10.891, de 2004, em seu artigo 1º:

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas a Categoria Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior, e a Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Logo, para se conseguir esses incentivos é necessário que os atletas obtenham destaque nos níveis supracitados. Essa situação leva às seguintes inquietações: como os paratletas conseguirão obter bons resultados se, muitas vezes, não têm nem o transporte para chegar ao local de treinamento, os lugares de treinamentos não são acessíveis, os materiais não estão disponíveis e ainda não tem o apoio de uma equipe multidisciplinar para dar ênfase a seus treinamentos? Diante desse cenário, para que esses para-atletas cheguem aos altos níveis do esporte paralímpico eles precisam recorrer a sua própria força de vontade para lutar a cada dia e conseguir seus êxitos, independentemente das políticas públicas que, muitas vezes, deixam-nos desamparados. Circunstancialmente, encontram professores/treinadores que os apoiam, também, muito orientados por seu esforço individual.

Quanto a esta situação, parece importante relembrar que a Constituição Federal, em seu artigo 217, estabelece que é:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.

Quanto às facilidades, os entrevistados apontaram exclusivamente para o apoio recebido das instituições/associações e das parcerias firmadas por aquelas, como pode ser visto nos excertos que se seguem:

[...] a nossa instituição é uma das que tem vantagem por ter um carro que é disponível pra levar pra o esporte. Só que nem sempre acontece isso [...] (Professora *Karine*, Instituição B)

[...] nós não temos só o treinamento em si, nós temos uma equipe multidisciplinar até porque nós temos na instituição psicólogos, fisioterapeuta, médico, [...] (Professor *Micael*, Instituição B)

Nos recortes, os professores apontam para serviços oferecidos pela instituição empregadora que, de certa maneira, propiciam-lhes melhores possibilidades de desenvolvimento, comparativamente às demais instituições de menor porte no concernente à promoção de modalidades esportivas adaptadas. Os resultados mostram que o apoio recebido da instituição era proporcional ao tamanho e influência política da instituição, bem como dos resultados alcançados com o esporte adaptado.

B) POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ADAPTADO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E TREINADORES

No organograma do Governo Estadual de Alagoas existe a Gerência Executiva de Esportes Especiais, que tem a função de

gerenciar o esporte para a PCD no estado. E, em se tratando do Governo Municipal tem-se a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que é responsável por todas as ações municipais referentes ao esporte na cidade de Maceió/AL (Semel/AL, 2010).

Tendo em conta a existência destes órgãos, os professores entrevistados foram indagados sobre as políticas governamentais (estaduais e municipais) para a promoção do esporte adaptado na cidade de Maceió e estado de Alagoas disseram que:

Não, não conheço nenhum programa que viabilize a condição desses alunos participarem, até a título mesmo de parcerias, que é muito pouco por parte do Estado e por parte do município. A gente consegue mais de órgãos privados de que do Estado e do município esses apoios. Eu realmente assim eu desconheço (Professora *Andréia* – Instituição B).

Não, eu vejo ações isoladas. Infelizmente, ainda assim os órgãos públicos precisariam estar mais integrando nessas ações isoladas para que fosse uma ação coletiva do governo. [...] Eu não vejo nenhuma ação, nem da [gerência] estadual nem da [secretaria] municipal. Não sei nem se no município existe alguma Secretaria para trabalhar com essa parte do esporte adaptado. Sei que no estado há um tempo tinha essa Secretaria que fazia algumas ações. Se não me engano era Secretaria de Esporte e Lazer e Esportes Adaptados [...], (Professor *Paulo*, Instituição C).

Estadual ou municipal não. A gente tem conhecimento, às vezes, do Comitê Paraolímpico. De algumas coisas nacionais, de âmbito federal, mas de âmbito estadual e municipal... o nosso Estado ainda é muito pobre de políticas públicas nesse sentido (Professor *George*, Instituição C).

Olha, a Secretaria Municipal eu não sei, mas a estadual sim, porque tem um departamento, uma gerência que lida especificamente com isso [...] Eu sei que tem sim porque eles participam, levam o pessoal para os campeonatos. Eu sei que tem. [...] Olha, o apoio que elas dão é justamente apoio em viagens. Transporte, não só aéreo, como transporte terrestre [...] (Professor *Micael*, Instituição B).

Pelos relatos é percebido que os professores não reconheciam a existência de uma política pública que visasse o desenvolvimento contínuo do EA, tanto em termos do município de Maceió, como do Estado de Alagoas. As políticas públicas englobam uma série de ações, planos e metas que visam atender as necessidades da população e deveriam ser propostas de maneira a trazer benefícios para a toda a sociedade, de acordo com suas necessidades. No caso em análise, o que acontece no estado de Alagoas, mais especificamente na cidade de Maceió, é a existência de esparsas ações (basicamente relativas ao transporte) e pontuais, as quais não configuram uma política pública para o desenvolvimento do DA.

Vale lembrar que as políticas públicas referem-se a um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade. Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (LOPES *et al.*, 2008).

Ainda em relação às ações, no caso em questão, estas somente são desencadeadas a partir do surgimento das necessidades de um grupo específico e mesmo assim nem sempre são atendidas, como mostra os fragmentos que se seguem:

Professor *Araújo*: [...] às vezes, ela [a instituição] recebe uma [passagem], quando a gente precisa de umas passagens ou alguma coisa assim. Na Secretaria [...] Estadual, às vezes se consegue umas 7 ou 8 passagens e não dá pra levar o time todo. Leva uma parte. Muitos ficam de fora, [...]

Entrevistador: Esse apoio é contínuo?

Professor Araújo: Não é. Se tiver condições de arrumar, eles [a secretaria] arrumam, se não a gente fica de fora. A gente precisa daquele apoio fixo, contínuo (Professor Araújo, Instituição D).

No recorte anterior merece destaque o fato de que as esparsas ações da Secretaria/Gerência não permitiam, por vezes, o apoio a todos integrantes de uma equipe, levando a exclusão de alguns para-atletas em momentos cruciais, além de que estes apoios eram pontuais e restritos aos momentos de competição.

No que se refere às ações voltadas para desenvolvimento do esporte para a PCD, especificamente o fomento para a formação de novos atletas e de outras manifestações para-esportivas, aquelas eram pouco notáveis. Neste sentido, a professora Andréia disse:

[...] o Estado, ele só tem o interesse de patrocinar quem é bom. Ele não tem o interesse de patrocinar a criança que quer aprender a ser bom. No Estado aqui infelizmente o pouco patrocínio que a gente recebe, recebe por um atleta que já há 10 anos já faz a prática da modalidade. Então, o fomento daquele aluno com 8, com 9, com 10 anos, que quer ser um atleta de ponta, o Estado não olha pra ele. [...] (Professora Andréia, Instituição B)

No fragmento anterior evidencia-se que as poucas ações do governo estadual e municipal não visavam o desenvolvimento do esporte de base. A professora Andréia relatou ainda que: “Pelo menos aqui eu nunca vi essa promoção, desse tipo de escolinhas mesmo, das escolinhas dos esportes adaptados [...] daí a gente poderia ter um bom número de atletas medalhistas”. Com isto, o EA na cidade de Maceió, em suas diferentes manifestações, sofria pela falta de políticas públicas específicas consistentes, bem como a seus praticantes eram ainda impostas uma série de dificuldades inerentes à sua condição humana, como as barreiras arquitetônicas e ainda atitudinais.

A seguir passamos a analisar a situação do esporte adaptado no Estado de Alagoas e no Município de Maceió, a partir do ponto de vista dos gestores municipais e estaduais.

C) A PROMOÇÃO DO ESPORTE ADAPTADO NO ESTADO DE ALAGOAS E MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL, NA PERSPECTIVA DOS GESTORES

A gestora estadual descreveu da seguinte maneira as ações realizadas para a promoção do EA em Alagoas:

No Estado, antes do governador Teotônio Vilela assumir, eu acho que não existia um programa definido para o paradesporto, porque você sabe que para o desporto já é uma grande luta a gente conseguir as coisas para os normais [...]. Estamos dando os primeiros passos. Temos o programa bolsa-atleta. Esse programa beneficia 4 paratletas, aqueles que mais se destacaram nas competições. É um programa do governo e a tendência do próximo ano [2011] é que a gente aumente o número de paratletas nesse programa. É um programa que ele [o paratleta] recebe uma ajuda financeira através de um salário mínimo para que possa se alimentar melhor, comprar o seu material esportivo e consequentemente ter um rendimento melhor nas competições. [...] O material esportivo, nós damos o apoio porque, o pessoal do atletismo treina no CEPA [centro educacional estadual, localizado na cidade de Maceió], na pista do CEPA. Então, todo material que eles precisam de peso, de dardo, eles podem recorrer ao CEPA e o diretor do CEPA não se nega. Quanto ao material de transporte, a gente faz um acordo com as associações [de pessoas com deficiência].

Com relação às perspectivas para o futuro do esporte adaptado no estado de Alagoas, a dirigente vislumbrou:

A perspectiva é que para o ano [2011] e nesses 4 anos é que a gente consiga dobrar o trabalho que a gente vem fazendo nesses 3 anos. Isso não é uma coisa fácil, porque além da gente estar trabalhando com pessoas que já são, como é que se diz? que já tem, dão mais trabalho de que os normais, entendeu? A realidade é essa, o grupo de professores são pessoas abnegadas, porque é muito difícil você trabalhar. Você tem que ter uma pós-graduação, você tem que ter vários cursos pra você trabalhar com esses determinados paratletas[...] e se eu ficar eu vou dar o máximo de mim pra ver se a gente consegue dobrar os programas, a participação.

A dirigente descreveu como pretendia desenvolver as ações de sua Gerência:

Olha, o que seria preciso é o seguinte: nós temos uma equipe aqui que trabalha com a Educação Especial e precisaria de mais pessoas comprometidas nessa área, porque é mais fácil você fazer, você trabalhar o normal, o atleta normal do que o atleta, o paratleta, que é mais difícil. É a cadeira de rodas, é aquela coisa, então primeiro a gente tem que se organizar para ver se consegue mais pessoas que gostem de trabalhar e agir nas escolas, diretamente nas escolas, através das coordenadorias [...]. Precisamos ter mais cursos para professores que gostem de trabalhar nessa área [...] de uma capacitação desses professores [...].

Com relação às ações do Governo do Estado de Alagoas para o desenvolvimento do EA, a dirigente não parecia pensar em propor uma política de incentivo ao EA. Foram apontadas ações isoladas, como ainda merecem destaque negativo a forma como era sobrevalorizado a dificuldade em se trabalhar com o atleta que não fosse “normal”. Parecia também que a dirigente concebia o paratleta como sendo um atleta muito diferente dos demais e que os profissionais precisavam de habilidades “especiais” para trabalhar com este grupo. Um modelo explicativo da deficiência sustentado na ideia de normalidade, definida por uma perspectiva médica (Carvalho-Freitas & Marques, 2010), parecia sustentar o discurso da dirigente e orientar as suas propostas.

As propostas da dirigente estadual não iam ao sentido de superar as dificuldades estruturais, de transporte, da falta de patrocínio, da falta de equipamentos de melhor qualidade, e, sobretudo, ampliação das oportunidades de práticas desportivas para PCD tão consistentemente apontadas pelos professores de Educação Física e treinadores entrevistados. Havia um descompasso entre as necessidades percebidas pelos diferentes envolvidos.

Na esfera municipal, a dirigente local disse que as ações municipais consistiam em:

Na verdade, a forma que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer faz é, em como é que se diz, dar passagem aérea ou transporte, pra viajar para representar, sendo isso função do Estado. Mas, quando vem pra cá, pra Secretaria, quando tem condições envia, dá passagem aérea para os atletas paraolímpicos viajarem. É também questão de uniformes.

Com relação às perspectivas para o futuro do esporte adaptado no município de Maceió, a dirigente disse:

Minhas perspectivas na verdade é que, com essa, com a parceria com a Secretaria Municipal de Educação vai vir muitos atletas treinando aqui [na Vila Olímpica]. Vai vir muitas pessoas com deficiências treinar na Vila Olímpica. E, desses, alguns vão ser atletas porque vai melhorar muito a qualidade de vida deles. Nossa perspectiva é essa. Segundo o secretário, ele quer pelo menos 100 pessoas com deficiência treinando aqui diariamente na Vila, e pelo levantamento existe mais de 100 pessoas só entorno [...]. Nosso intuito é formar atletas. Mas, nós sabemos que muitos não vão ser atletas. Mas, vão ter a noção de vida melhor, qualidade de vida melhor. Eles começam a perceber que são

cidadãos [...] daí aparece alguns talentos que é mais do que normal. Mas, o intuito principal não é esse. O intuito principal é qualidade de vida mesmo.

O fragmento confirma o quadro descrito pelos professores de Educação Física e treinadores de que ainda não havia uma política de desenvolvimento para o EA no município de Maceió. Havia indicação de apenas um projeto que estava a se iniciar. Todavia, a dirigente aponta para um entrave importante na viabilização da ação – a falta de recursos financeiros:

Investimento, não temos. Muito pouco. Na verdade, hoje é muito melhor que o passado. Se é pouco, eu acho que no passado é que não existia mesmo, investimento e boa vontade. Só isso.

É importante ainda destacar que não houve contradições entre os pontos de vista dos dois grupos entrevistados (professores/treinadores e gestores) e confrontando o que foi dito pelos professores e treinadores e as dirigentes (municipal e estadual) não parecia ser surpresa afirmar que eram necessários mais investimentos para o EA do município de Maceió e o estado de Alagoas. Mas, não só isso. É preciso gestores que não tivessem uma visão preconceituosa da deficiência, conheçam e entendam a importância do EA para as pessoas com deficiência e que sejam formadas para gerenciar esses investimentos.

Para sintetizar e com base nas falas dos Professores/Treinadores e dos Representantes Governamentais, o Quadro 2 apresenta as ações governamentais para o EA existentes no município de Maceió.

Governo	Ações
Estadual	O Governo estadual contemplava 04 atletas com a Bolsa-Atleta estadual (com intuito de contemplar 8 em 2011). Ações isoladas envolvendo a distribuição de passagens para os atletas/equipes que conseguiram índices regionais e/ou nacional.
Municipal	Ações isoladas, contemplando algumas modalidades com locais de treinamento, passagens, transporte e uniformes.

Quadro 2. Caracterização das Ações Governamentais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação do esporte adaptado na cidade de Maceió/AL era marcada por muitas dificuldades, uma vez que não existia nenhuma política pública voltada para o desenvolvimento do esporte para a pessoa com deficiência. Durante a pesquisa pôde-se identificar que o esporte adaptado na capital alagoana estava muito restrito às ações individualizadas de pessoas comprometidas com a “causa” e das associações/instituições, que ainda que não atuassem como clubes desportivos, desenvolviam atividades esportivas, com diferentes objetivos. Sem a atuação destes possivelmente não existiria na cidade o esporte adaptado, uma vez que o setor público ainda não desenvolvia qualquer iniciativa neste sentido.

No que se refere aos órgãos governamentais, não existia políticas públicas que garantissem o desenvolvimento do esporte adaptado de maneira contínua e planejada, como também que abrangesse suas diferentes manifestações. Deste modo, é urgente a proposição de uma política pública contínua de fomento à prática de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência nos âmbitos estaduais e municipais, independente se a finalidade é voltada para o esporte

num contexto de lazer, educacional, de reabilitação ou competitivo. Além disso, é igualmente imprescindível haver investimentos em projetos e programas que promovam o crescimento do esporte adaptado na escola, possibilitando a inclusão e a obtenção de conhecimentos acerca das potencialidades da pessoa com deficiência e a importância dessas práticas para sua autonomia.

Por fim, pela omissão estatal, foi possível concluir que a prática do esporte pelas PCD na cidade de Maceió permanecia restrita e condicionada às ações das associações/instituições especializadas no atendimento da pessoa com deficiência e, de seus respectivos professores/treinadores e não era percebida como um direito destas pessoas.

REFERÊNCIAS

- Araújo, P. F. (1998). *Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade*. Ministério da educação e do desporto – Publicações INDESP – Brasília.
- Brasil. (2010). *Bolsa-Atleta: Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/502.htm. Acesso em: 30 de novembro de 2010.
- Brasil. (2010). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- Brasil. (2010). *Lei Bolsa Atleta*. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/como_participar.jsp. Acesso em: 18 de novembro de 2010.
- Brasil. (2010). *Lei Bolsa Atleta*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm. Acesso em: 09 de abril de 2010.
- Brasil. IBGE. (2010). *Censo 2010 – População de Alagoas*. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=27. Acesso em: 14 de dezembro de 2010.
- Carvalho-Freitas, M. N. & Marques, A. L. (2010). Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. *Rev. Adm. Mackenzie*, 11(3), 100-129, Edição Especial.
- Cidade, R. E. & Freitas, P. S. de. (2002). Paraolimpíadas: revisando a história. *Rev. da Soc. Bras. de A. M. A. – SOBAMA*. 7(1), 21-26.
- Comitê Paralímpico Brasileiro (CBP). (2010). *Movimento Paraolímpico*. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/movimento-paralimpico/>. Acesso em: 18 de setembro de 2010.
- Comitê Paralímpico Internacional (IPC). (2008). *Historical Results Database* Disponível em: <http://www.paralympic.org/Sport/Results/reports.html?type=medalstandings&games=2008PG&sport=all>. Acesso em: 27 de maio de 2013.
- Costa, A. M. & Sousa, S. B. (2004). Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Rev. Bras. de C. do Esp.*, 25(3), 27-42.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- Freitas, P. S. & Santos, S. S. (2012). Fundamentos básicos da classificação funcional esportiva para atletas paralímpicos. In:

- M. T. Mello & C. Winckler. *Esporte Paralímpico*. (pp. 45-49). São Paulo: Atheneu.
- Gorgatti, M. G. et al. (2008). Tendência competitiva no esporte adaptado. *Arquivos Sanny de Pesquisa e Saúde*, Santos, 18(1), 18-25.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.
- Hora, E. C & Cruz, H. S. (2008). Acessibilidade e Barreiras: Percepção dos alunos com deficiências na Universidade Federal de Sergipe. In: *Congresso Brasileiro de Educação Especial*, 3 ed, São Carlos, Anais.
- Lopes, B; Amaral, J. N & Caldas, R. W. (2008). *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: Sebrae.
- Maceió. (2010). *Gerência Executiva de Esportes Especiais de Maceió*. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/esporte/programas-e-projetos/gerencia-executiva-de-esportes-especiais/>. Acesso em: 18 de novembro de 2010.
- Maceió. (2011). SEMEL. *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer*. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/> Acesso em: 27 de abril de 2011.
- Martin, J.J. & Smith, K. (2002). Friendship quality in youth disability sport: Perceptions of a best friend. *Adapted Physical Activity Quarterly*, Canadá, 19(4), 472-482.
- Martin, J.J. (2006). Psychosocial aspects of youth disability sport. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 23(1), 65-77.
- Mauerberg DeCastro, E. (2005). *Atividade Física: Adaptada*. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.
- Munster, M. A. V; Almeida; J. J. G. (2010). O esporte adaptado no contexto da extensão universitária. In: E.G. Mendes & M. A. Almeida (Org.), *Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva*. (pp.457-467). Araraquara: Junqueira&Marin.
- Parsons, A. & Winckler, C. (2012). Esporte e a pessoa com deficiência. In: M. T. Mello & C. Winckler. *Esporte Paralímpico*. (p. 3-14). São Paulo: Atheneu, 2012.
- Sernaglia, M. B; Duarte, E & Déa, V. H. D. (2010). Avaliação do autoconceito em cadeirantes praticantes de esporte adaptado. *Pensar a Prática*, Goiânia, 13(3), 118, 2010.

NOTA SOBRE OS AUTORES

FLÁVIO ANDERSON PEDROSA DE MELO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
End.: Rua Manoel Moura, nº95.
Bairro: Trapiche da Barra.
CEP: 57010-620. Maceió-AL.
E-mail: flavioedf06@yahoo.com.br

NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Professora Doutora do Curso Educação Física da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE).
End.: Rua Mal. A. A. Câmara, nº 153 / apto. 202
Bairro: Jatiúca.
CEP: 57036-660. Maceió-AL
E-mail: neizaf@yahoo.com